

*Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro**

MARIA DA PENHA SMARZARO SIQUEIRA
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este artigo discute a questão da modernização urbana brasileira na lógica da ideologia republicana apoiada na noção de desenvolvimento, progresso e civilidade. Ideário que deveria representar a modernidade no imaginário coletivo da nação brasileira, tendo como modelo padrões externos, notadamente europeus. A influência de modelos e práticas urbanísticas do cenário europeu marcou a modernização urbana das principais cidades brasileiras. A modernização aliada à urbanização, por seu sentido e modo de implantação, foi instrumento de aprofundamento das desigualdades sociais, num quadro de descaminho no processo de desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Urbanização; Modernização; Ideologia; Desigualdades; Desenvolvimento.

Abstract: This article discusses the Brazilian urban modernization in the logic of Republican ideology supported by the development, progress and civility notion. Ideas that should represent modernity in the imagination of all the people in the Brazilian nation, having external standards as model, notably the Europeans standards. The influence of urban models and practices from the European scene was a mark for the urban modernization of the main Brazilian cities. The modernization coupled with urbanization, for its meaning and implementation way, was an instrument of deepening social inequalities within a framework of embezzlement in the national development process.

Keywords: Urbanization; Modernization; Ideology; Inequality; Development.

Introdução

A reflexão histórica sobre as cidades e a modernização sugere diferentes temáticas de estudos, e a ênfase da discussão coloca-se na diversidade do mundo moderno e contemporâneo num caráter interdisciplinar, sendo este tema abordado por uma distinta área de pesquisadores e sob um número de ângulos infinito. O caráter inicial que define o interesse para

estudos urbanos refere-se ao fato das cidades serem o grande cenário da modernidade. Os cenários urbanos onde foram estabelecidos os princípios modernos de viver, pensar e agir, são continuamente modificados por práticas urbanísticas num processo de transformação que marca as cidades no seu tempo histórico. As metamorfoses se processam ostentando as representações da modernidade como vitrine de civilidade e progresso.

A primeira metade do século XX, época de grande expressão no Brasil, de modelos urbanísticos que simbolizavam a civilidade dos centros mais desenvolvidos da Europa e a aliança higiene/saneamento/estética, materializava um amplo plano de reformulação urbana e embelezamento das cidades, marcando um novo tempo na sociedade brasileira. Esse plano mudava o caráter limitado da urbanização, que até o final do século XIX ainda permanecia atrelada à expansão comercial, estabelecida a partir de interesses políticos e econômicos voltados para a produção agrário-exportadora direcionada essencialmente para o mercado externo. Modelo que contribuía para acentuar o distanciamento entre as populações do interior e as das capitais brasileiras, bem como a manutenção do perfil urbano-colonial predominante nas cidades.

Com a República, em 1889, foram criadas as condições para a formulação e implantação de um projeto político que viria alterar a fisionomia dos principais centros urbanos brasileiros, imprimindo-lhes a imagem representativa do ideário moderno republicano, atrelado à noção de desenvolvimento pautado no progresso e na civilidade. Movimento que deveria representar a modernidade no imaginário coletivo da nação brasileira.

Nesse quadro de referências procuramos desenvolver um estudo traçando uma reflexão sobre os descaminhos da urbanização/modernização do desenvolvimento brasileiro, durante a primeira metade do século XX, num processo que combinou modernidade e desigualdade social.

A Modernidade e desenvolvimento nacional: um ideário contraditório

Historicamente o tema da modernidade nos reporta ao projeto sociocultural iniciado em meados do século XVI, e se consolida com o Iluminismo¹, no século XVIII. Este tempo foi marcado pela emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante nos países da Europa, com bases na fase inicial da industrialização. Podemos considerar a trajetória da modernidade europeia, nesta fase inicial até o final do século XVIII, como

uma etapa precursora, na qual a modernidade evoluía num ideário filosófico e intelectual, conquistando tanto avanços materiais e políticos quanto uma maior consciência popular. Um movimento que estabelecia a consciência de novas formas de pensamento e da invalidação das antigas. É aí que toma forma a noção pela qual se vai imprimir a nova “fronteira”: moderno x antigo.

É a partir do final do século XVIII estendendo-se ao século XIX que se configura mais precisamente a modernidade. Entretanto ainda vai prevalecer uma grande distância entre o projeto da modernidade enquanto discurso organizado que estabelecia os paradigmas e um verdadeiro imaginário da modernidade, a realidade, as práticas sociais e instituições modernas que cada sociedade conseguia estabelecer e desenvolver (THERBORN, 1995).

Para Sousa Santos (1996), o projeto sociocultural da modernidade, por sua complexidade, esteve sujeito a desenvolvimentos contraditórios num contexto onde a força das dimensões da racionalidade agia como fator de entendimento do mundo². As relações sociais sofreram alterações significativas a partir do momento em que o potencial transformador da racionalidade aprimorou as técnicas de produção e da opressão, atingindo fundamentalmente a subjetividade humana. A lógica do lucro, do poder e do domínio organizava a estrutura da sociedade que se desenvolvia com base na força e ampliação da tecnologia, fortalecendo o processo de reificação do trabalho humano. É sob esse ângulo que o autor expressa que o grande diferencial do capitalismo foi, sem dúvida, a relação estabelecida entre o capital e o trabalho, e que o projeto sociocultural da modernidade vai legitimar essa forma de relação social.

No século XIX, a industrialização era o principal motor do processo de desenvolvimento e a cidade representava o “lócus” do progresso e da modernidade. A lógica do urbano enquanto agente maior das relações de trabalho e de poder representava o grande marco no processo de desenvolvimento e de modernização urbana. Sob a ótica do capitalismo as cidades iam se tornando palco de conflitos, de contradições, de produção e reprodução das relações sociais e de mudanças urbanas. A trajetória das mudanças que se processavam no século XIX, expressa no avanço tecnológico e industrial, iam impor novas idéias e novas interpretações no entendimento do novo e nos valores estabelecidos no cotidiano urbano.

Essa perspectiva do moderno e do ideário da modernidade se contrasta com o antigo e com o tradicional, principalmente na Europa

Ocidental, onde essa noção representava o que estava estabelecido antes da industrialização, de sua expansão e de seus benefícios: a fábrica, a tecnologia, o desenvolvimento do saber científico e a racionalidade para explicar o mundo. Sob a ótica do progresso e da modernidade o europeu avança para o século XX, expandindo o sentimento de civilidade expresso, principalmente, nas formas modernas de interações sociais; agir, pensar e se sentir de forma moderna, ou seja, implicava estabilizar e propagar a “cultura do moderno”.

A questão da modernidade surge, então como um grande desafio no século XX, e as sociedades ocidentais enfrentavam os desafios da modernidade num contexto cujo dinamismo envolvia a simultaneidade entre destruição e reconstrução, os impactos entre as mudanças do tradicional e a criação do novo.

O surgimento de elementos modernos faz as agitar às lentas e pesadas estruturas historicamente estabelecidas e faz emergir novos laços, promovendo alterações na estrutura que formava a base das sociedades tradicionais. A modernidade que se inicia na Europa sob o limiar do século XVIII, envolvendo as civilizações no seu ideário, temporalmente chega ao século XX constituindo um estilo de vida social sob novos conceitos de política, governos e principalmente, economia (GIDDENS, 1991). Essa idéia se completa em Berman (1999, p. 16) [...] “o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos” [...] alterando desde as condições econômicas até alcançar o quadro cultural com significativo progresso no pensamento humano.

No Brasil, a noção de modernidade tradicionalmente foi incorporada como algo que vem de fora, que deve ser apreciado e adotado. As idéias e os modelos externos gradativamente passam a se aclimatar na sociedade brasileira, sendo absorvidas num ideário de modernidade. Oliven (2001, p. 409) diz que no Brasil [...] “a modernidade também se confunde, frequentemente, com idéia de contemporaneidade, na medida em que aderir a tudo que está em voga nos lugares adiantados é, muitas vezes, visto como moderno”. Nesse caso, não podemos deixar de ressaltar que contemporaneidade nos reporta a atualidade e não necessariamente ao moderno.

As idéias burguesas e os valores universais entraram no Brasil no século XVIII, através do movimento mercantil, que trazia também noções de civilidade. Mas o ideário de modernidade, aquele da Europa Moderna e não-ibérica, atingiu o Brasil no início do século XIX com a chegada da Família

Real, que desembarcou elementos importantes de uma ordem moderna. A formação de um Estado autônomo, o advento de novas articulações de mercado e os novos valores que aos poucos foram se incorporando à sociedade brasileira, são elementos de modernidade. As mudanças que passaram a se processar no Brasil, desde o início do século XIX, perpassam a noção de modernidade, impulsionando mudanças culturais, econômicas, ideias liberais e de conhecimento, mas como resultado de uma forma específica de europeização ou reeuropeização. Tratava-se de uma revalorização de valores ocidentais da cultura européia³ (FREIRE, 1990).

Esse processo passou a ganhar vulto a partir da Independência (1822), principalmente com a instauração dos princípios da nova cultura urbana, que passou a considerar a oposição entre os valores locais tradicionais e os valores burgueses europeus, mais universais e modernos, inicialmente estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro, então Capital do Brasil. O Rio de Janeiro se modificou com a instalação da corte portuguesa e intensificou suas mudanças em âmbito social, econômico e urbano enquanto capital da monarquia brasileira⁴.

A modernização pela qual passava a cidade do Rio de Janeiro se estendia gradativamente às principais cidades brasileiras. Tratando-se de um estilo de vida, cabe ressaltar a forte influência dos interesses comerciais voltados para a importação de produtos industrializados, notadamente ingleses, observada principalmente na Capital do Brasil e direcionados à elite da cidade. Os hábitos e os costumes se alteraram, na alimentação, na forma de se vestir, na construção das residências. A ostentação e a sofisticação começam a caracterizar o comportamento das camadas ricas que passaram a incorporar modelos europeus no seu cotidiano, expressos não apenas nos padrões econômicos, mas também nos níveis culturais (OLIVEN, 2001).

O Rio de Janeiro tornou-se uma cidade cosmopolita, onde a elite buscava, no estilo europeu, comportamentos considerados mais evoluídos, civilizados e modernos. Os hábitos portugueses passaram a ser vistos fora dos padrões da modernidade. A busca por esses símbolos diferenciou a população urbana e abriu espaço para a emergência de um mercado consumidor interno, intensificando a prática de se espelhar no europeu. Até mesmo as classes sociais menos abastadas passavam a almejar prestígio através desse modelo de vida e de comportamento como forma de distinção. Nesse contexto, a modernidade é imposta à sociedade nas suas dimensões material e simbólica e os valores modernos são inicialmente estranhos à sociedade brasileira como um todo, em qualquer classe social. Embora

impostos os valores traduzidos como modernos, serão determinantes [...] “afinal, seriam esses valores que iriam presidir a institucionalização incipiente de formas extremamente eficazes de condução da vida cotidiana: o Estado e mercado capitalista” (SOUZA, 2000, p. 245).

Nesse mundo, que tentava se ajustar às regras de civilidade, permaneciam os profundos contrastes existentes entre [...] “as cidades portuárias mais movimentadas, mais modernas, mais europeizadas e os núcleos urbanos do interior que, na sua quase totalidade, viviam à margem da civilização, meras extensões das zonas rurais” (COSTA, 2007, p. 185).

Apesar das condições serem mais favoráveis à dinâmica comercial, com novos incentivos às funções comerciais dos núcleos urbanos, estimulando o desenvolvimento dos portos, as estruturas tradicionais da produção brasileira não sofriam alterações. A base da economia continuava pautada na produção e exportação de produtos agrários, e sobreviviam o latifúndio e o trabalho escravo. As elites no poder, aliadas às aristocracias rurais, mantinham intacta a estrutura sócioeconômica tradicional, não revelando interesses às iniciativas de produção industrial, que poderiam promover relações de trabalho e comerciais mais modernas. A maioria da população dos núcleos urbanos do interior vivia isolada, continuava à margem da história, desprovida de informação, ignorando o que se passava nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e, principalmente o que acontecia no mundo. Sobre esse distanciamento, (COSTA, 2007:187), faz a seguinte observação:

[...] A ignorância e o desinteresse resultavam não apenas da falta de comunicações fáceis e rápidas, ausência de correios e jornais que mantinham informadas pelo menos uma parcela da população. Eram fruto da falta de cultura e da ausência de tradições de participação política, consequência das práticas paternalistas herdadas do período colonial.

Nesse contexto, a grande maioria da população brasileira não se incluía nas possíveis perspectivas da modernidade, o que intensificava o distanciamento social e o contraste entre os centros urbanos mais dinâmicos e os modestos núcleos urbanos do interior do país.

A partir da segunda metade do século XIX começavam a ocorrer fenômenos importantes que promoveriam algumas modificações na estrutura econômica e social do país. Ações que contribuiriam para um relativo

desenvolvimento do mercado interno e do processo de urbanização. Entretanto, os benefícios do progresso permaneciam concentrados nos grandes centros que se modernizavam, acentuando-se a diferença entre estes e os núcleos urbanos menores e economicamente mais limitados.

Até o final do século XIX a modernização, aliada à urbanização, fizeram-se dentro dos limites das cidades político-econômicas mais importantes do país. As principais funções urbanas se concentraram nos centros exportadores que assimilavam as noções de modernidade como um código de valores que implementava um modelo na égide da civilidade europeia que se materializava, sobretudo na Inglaterra e na França. As mudanças que se processavam – desenvolvimento das redes de transportes, abolição da escravidão, imigração e industrialização, enquanto agentes práticos que simbolizavam modernidade – estimularam a urbanização, mas não foram suficientes para alterar de forma efetiva a orientação da economia brasileira (COSTA, 2007).

Com a República, em 1889, criaram-se as condições para a formulação e implantação de um projeto político que viria a alterar a fisionomia dos principais centros urbanos brasileiros, imprimindo-lhes a imagem representativa do ideário moderno republicano. [...] “A República surgia como um recurso à modernidade, à racionalidade nas relações, um sinal dos novos tempos. Nesse jogo caberia ao governo alterar símbolos e todos os traços que lembravam o antigo regime” (SCHWARCZ, 1998, p. 469).

Esse movimento deveria representar a modernidade e o progresso no imaginário coletivo da nação brasileira, numa visão representativa da elite republicana. Visão que se estabelecia marcada pela ideologia positivista, na qual a nova elite vislumbrava a modernidade e justificava os meios para alcançá-la. Fortalece-se a posição eurocêntrica e o convencimento,

[...] de que o Brasil pertencia à esfera da civilização cristã europeia e de que todo o esforço deveria ser feito no sentido de conformá-lo aos padrões desta civilização. As expressões “mundo civilizado”, “nações civilizadas”, “civilização”, ou mesmo o mais antiquado “luzes”, são frequentemente empregadas. Como conseqüência, era também por todos considerada legítima a referência a países europeus, seja para esclarecer problemas nacionais, seja para fundamentar propostas de legislação (CARVALHO, 2007, p. 364).

Sem dúvida, essa noção incluía o ideal de progresso social e econômico, de riqueza, de desenvolvimento industrial e urbano, de governo representativo e de liberdades públicas, ideal que ganha força no contexto do discurso republicano. Correspondendo a esse ideal, fora da Europa, apenas os Estados Unidos eram considerados modelo aceitável. Porém, essa noção chocava-se com a sociedade e com a economia brasileira. A economia permanecia centrada no modelo agrário-exportador. Reforçava-se o poder das oligarquias rurais e, mesmo com o fim da escravidão, persistiam os grandes distanciamentos entre as classes sociais abastadas e os menos favorecidos, além da discriminação racial e a desigualdade social, impedindo maiores avanços do ponto de vista social. Embora caracterizado como um uma época de grande movimentação de ideias e, especialmente, pelo rápido avanço de valores burgueses, os representantes da República não estabeleceram efetivamente os princípios básicos da modernidade [...] “fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos [...] no que se refere aos direitos civis, pouco foi acrescentado pela Constituição de 1891 [...] pode-se dizer que houve até um retrocesso no que se refere a direitos civis” (CARVALHO, 1998, p. 43-45).

A fase inicial da República foi marcada por tensões em virtude da própria instabilidade relativa à construção de um novo Estado, problemas que se incluíam no contexto de mudanças mais universais que estavam sendo operadas na passagem para o século XX, como conseqüência do desenvolvimento e da modernização, que marcavam o surgimento de novas forças sociais. Nesse cenário, a participação popular no Brasil foi colocada à margem, num quadro onde deveria prevalecer a organização e a ordem.

A discussão sobre reflexos sociais da Constituição de 1891 e a questão da cidadania na sociedade brasileira durante a Primeira República, está muito bem retratada em Carvalho (1998, p. 44-45). Diz o autor,

Sendo direito social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação. No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência da alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordem religiosa. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a

obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se esse direito.

A versão positivista da República estava mais preocupada com a ordem para promover o progresso, com a governabilidade e com a institucionalização e, nesse contexto, inscreve-se a visão positivista da cidadania que não incluía os direitos políticos a todos os cidadãos. O Brasil, sociedade tradicionalmente desigual, com uma desigualdade social fincada em fortes raízes históricas, não vê essa realidade sofrer alterações no regime republicano.

A Constituição de 1891, embora prevendo de forma categórica que todos seriam iguais perante a lei, facilitou a reprodução da desigualdade ao decretar uma igualdade formal a todos os cidadãos. A população negra acabava de ser colocada em uma situação de liberdade e exclusão em termos de direito a terra, à instrução e ao mercado de trabalho, tendo, juntamente com os demais pobres e analfabetos do país, os direitos civis negados, numa ordem onde não prevalecia a noção de cidadania. O positivismo representava uma forma não apenas do Brasil se modernizar em relação à Europa, mas também de estabelecer um padrão de civilidade em uma linearidade evolucionista que se encaixava na idéia de progresso.

É no início de 1920, que vai despontar um novo pensamento em torno do moderno, principalmente tratando-se de movimentos culturais e artísticos, uma vez que o novo movimento vai implicar uma reatualização do Brasil na busca de raízes nacionais, procurando valorizar o que havia de autêntico no país. Esse movimento atinge uma dimensão que vai além da arte, coloca em questão a problemática da nacionalidade e substitui os padrões importados, incompatíveis com as peculiaridades brasileiras pela ênfase na elaboração de uma cultura nacional. A Semana de Arte Moderna de 1922 vai representar um divisor de águas nesse processo frente às mudanças decorrentes da urbanização e da industrialização (OLIVEN, 2001). Os anos 1920 também são simbólicos na história política e cultural brasileira. [...] “por inaugurarem a gênese do Brasil moderno, com a introdução de procedimentos, hábitos, ângulos de visão, diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias gerações” (LAHUERTA, 1997, p. 93).

Nesse sentido não apenas concepções tradicionais são atacadas e revistas, mas também as instituições republicanas, identificadas como

destoantes, seguindo uma ordem sem correspondência com o real, bem como com as reais iniciativas que conduzissem o Brasil ao caminho da modernidade nacional. Entram em debate novos atores sociais e a problemática dos direitos de participação. O questionamento da ordem se fazia com base em um ângulo bem modernista, na medida em que direcionavam as atenções para a questão da identidade social, buscando [...] “o ‘brasileiro’, e assim recoloca em questão, com vigor a preocupação com o nacional aliado ao tema do popular” (LAHUERTA, 1997, p. 94).

Esse debate permanece em pauta no âmbito de alguns segmentos sociais, seja da sociedade civil e, ou, política, na busca da formulação de modelos para direcionar a nação a novos horizontes à luz da modernidade. Nesse sentido a discussão perpassa pela noção do que é nacional de fato, atrasado para uns e autêntico para outros, e o que é o estrangeiro que representava a modernidade. Nessa ótica, a pretensão de ser moderno se desloca para o tema nacional, uma vez que o real na sociedade brasileira tornava cada vez mais flagrante nossa situação de atraso em relação à Europa. O Brasil era majoritariamente rural, a urbanização simbolizava uma condição muito moderna na sociedade brasileira, e as cidades ainda representavam uma extensão do poder econômico e político do próspero e arcaico mundo rural. Embora estivessem sendo criadas algumas alternativas políticas viabilizando ações que promovessem mudanças nos principais centros urbanos, as cidades permaneciam às voltas com doenças derivadas do precário saneamento urbano.

O crescimento da população urbana não alterava os padrões tradicionais estabelecidos nas cidades. A permanência de padrões conservadores políticoeconômicos assumidos por grupos urbanos burgueses, a sobrevivência de estruturas de dominação aliada à ação reguladora da Igreja na vida social caracterizavam o estilo de vida, os valores e as formas de comportamentos compatíveis com a sociedade tradicional.

É a partir do início do século XX que a urbanização deixa de ser apenas um processo de adensamento populacional em determinadas cidades, dando início a um processo mais amplo: a modernização. Tal processo, no contexto das mudanças econômicas e sociais que passaram a ocorrer nas cidades brasileiras, promoveu alterações nos costumes e hábitos das populações urbanas, ao serem introduzidas novas ideologias e novos valores que veiculavam práticas tidas como “civilizadas”, sendo suas origens europeias.

A questão da identidade nacional e a questão urbana incluídas na pauta republicana, na realidade vão ganhar novas dimensões somente a partir de 1930⁵. Podemos dizer que o impulso se desdobra a partir desta década quando se implementa um padrão de produção econômica e cultural, alicerçando as bases de uma nova ordem: urbano e industrial. Nessa direção, ressalta-se a necessidade de se empreender também a modernização a partir de valores nacionais, [...] “é em nome da ordem e até da tradição [...] que o Estado Novo (1937-1945) realizando expectativas difusas da sociedade civil, se assume como arauto da modernidade e realizador dos ideais dos anos 20” (LAHUERTA, 1997, p. 95).

Nessa nova perspectiva faz-se necessário repensar o Brasil marcado pelo atraso econômico e social. Era preciso romper com a noção do ideal no qual a elite via e pensava com mentalidade europeia. A lógica urbano-industrial inaugurada no início da década de 1930 assinalou um momento importante de reflexão na sociedade brasileira,

[...] o Estado Novo vai representar, portanto, o coroamento de um ideal de modernização [...] nessa modalidade de desenvolvimento histórico, a obra de modernização não resulta do dinamismo da sociedade civil, mas tem no Estado o projeto da modernização associado ao ideal de construção da nação (LAHUERTA, 1997, p. 105).

Na medida em que o projeto industrial ia lentamente sendo introduzido no país, estabelecia-se e fortificava-se, a passos largos, as novas relações de produção e reprodução do modelo capitalista, norteadas por novos paradigmas de progresso e de modernidade. As dificuldades encontradas se dão pela fragilidade da infra-estrutura da economia e estrutura social brasileira, que diante da necessidade de ultrapassar etapas do subdesenvolvimento, não eram politicamente vistas, como emergenciais para o alcance da tão desejada modernidade. A ansiedade pelo moderno e a expansão da indústria passou a ser visto sob o signo da modernização, além de uma necessidade para a efetivamente concretizar a nacionalidade brasileira (ORTIZ, 1991).

Urbanização e desigualdade social

A modernização brasileira, pautada em um amplo e complexo quadro socioeconômico, marcado por um grande descompasso entre o avanço material da economia e o desenvolvimento social nacional, aprofundou as desigualdades sociais gestadas ainda no período colonial e fortificadas no decorrer do processo de desenvolvimento brasileiro, seja através da grande concentração de terra, poder e riquezas, do crescimento caótico das cidades, da inexistência de políticas públicas, da ausência do Estado e ou das desigualdades regionais. Desta forma ficavam encobertos os problemas que a racionalidade capitalista naturalmente viria a exprimir no assentamento da modernidade urbano-industrial.

Desde o final do século XIX, quando as aglomerações urbanas assumem maior presença no país e apresentam um ritmo de crescimento mais intenso [...] “associado às reformulações de nossa economia e à exploração do trabalho livre, que os problemas sociais urbanos, no contexto das desigualdades sociais, principalmente, aqueles aliados à pobreza, não eram vistos como uma questão social coletiva” (COHN, 2000, p. 387), sobre a qual o Estado deveria formular políticas públicas, no sentido de promover uma maior inserção desses segmentos sociais à cidade. Desta forma, a modernização brasileira, além de ser implementada tardiamente, expressando a limitação e a subordinação à expansão de economias capitalistas já industrializadas, era também conservadora porque, por seu sentido e modo de implantação, foi instrumento de aprofundamento das desigualdades sociais (ARAÚJO, 1991).

As mudanças urbanas ocorridas nas primeiras décadas do século XX, aliadas ao crescimento demográfico e à emergência de algumas indústrias, passaram a modificar o perfil urbano das cidades que caminharam em direção à modernidade, sendo “lócus” do progresso, do poder, dos movimentos sociais e epidemias. Nesse contexto, a urbanização passou a ser um processo mais complexo, trazendo às cidades a necessidade da implantação de infra-estrutura urbana e dos meios de informação por onde as influências inovadoras penetravam, tendo como exemplo teatros, jornais, revistas, bibliotecas, agremiações e partidos políticos, entre outros, diversificando a vida urbana, antes centrada em atividades sociais de caráter religioso.

A influência de modelos e práticas urbanísticas do cenário europeu estava fortemente marcada pelo poder exercido pela cultura francesa sobre

nossas elites e governantes, que procuravam adequar as antigas estruturas urbanas coloniais às premissas da modernidade. Nessa perspectiva o poder público coloca em prática projetos respaldados na teoria higienista através de planos integrados de saneamento urbano, criando o cenário da modernidade urbana alinhado com o pensamento progressista republicano. A lógica da política higienista e do projeto modernizador materializam um amplo plano de reformulação urbana e embelezamento das cidades, marcando um novo tempo na sociedade brasileira.

Assim o processo de urbanização caminhava aliado a duas direções: de um lado atendendo à emergente necessidade de realização de obras de saneamento e de infra-estrutura urbana, e de outro, implementando projetos urbanos no ideário da nova estética que se queria dar às cidades e, promovendo mudanças no sentido de trazer o progresso às capitais brasileiras, seguindo os modernos padrões urbanísticos implementados na Europa.

Cidades limpas, higiênicas, ordeiras e com paisagens arborizadas tinham Paris e Londres como modelos copiados, sobretudo a Paris de Haussmann, uma cidade que teria sabiamente organizado seus espaços para o bel-prazer da burguesia e para a sociabilidade de uma elite que intensificava suas necessidades e aspirações por locais condizentes com suas demandas de consumo, lazer e distinção (SIMÕES JUNIOR, 2007).

Porém no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, reconstruir a cidade passava obrigatoriamente pelo combate a determinadas sociabilidades das camadas sociais populares, e por isso a elite e as autoridades públicas voltaram-se para a defesa da moral, dos bons costumes e da família. [...] “Assim o poder público buscou eliminar do convívio social estabelecimentos e práticas considerados prejudiciais à moral e à conduta dos indivíduos no meio urbano” (PALACIOS, 2007, p. 90), seguindo um padrão social pautado na noção científica, de que o ambiente exercia forte influência sobre a personalidade e sobre o modo de vida do indivíduo. Dessa forma, o Estado efetivou medidas saneadoras que buscavam promover as mudanças urbanas e o bem comum da população.

O progresso científico na área da saúde contribuiu muito para a prática higienista que acompanhou as transformações implementadas no espaço urbano e na habitação popular coletiva (estalagens, cortiços, casas de cômodos e vilas) que apresentavam um quadro de insalubridade, no qual se agravavam periódicos surtos de epidemias que atingiam as principais cidades brasileiras. Para a adoção dos princípios sanitaristas nas práticas urbanas, as

iniciativas exigiam, num primeiro plano, demolições e saneamento de áreas inundáveis, degradadas e insalubres, para promover a abertura de espaços públicos disponíveis para novos investimentos urbanos; a eliminação de focos de concentração de epidemias; e o estabelecimento de normativas para as construções. A inclusão de alguns sistemas de infra-estrutura, como redes de água e de esgoto, são exemplos em que se percebe a inclusão conectada à modernização urbana.

A historiografia aponta o Rio de Janeiro como o local que primeiro concretizou um grande processo de intervenção urbana no Brasil, suportado por um projeto de remodelação que se encontrava em progressão desde meados do século XIX. A desagregação da escravidão, a crise geral do Império e a eclosão das primeiras epidemias de febre amarela constituíram o grande substrato de reformas que procuravam alinhar o país à noção de civilidade. Tal modelo de ação urbana também estava sendo construído em São Paulo, configurando-se a partir do embate com uma nova população urbana que chegava à cidade. O Rio de Janeiro no início da República vai coroar o período de ascensão da aliança “pensamento sanitaria médico e saber técnico da engenharia”. Num curto espaço de tempo, outras cidades iniciaram suas reformas urbanas apoiadas na mesma prática, e que teve como iniciativa maior um amplo plano de demolições (ABREU, 2002).

Foi inegável a crescente força da ideologia da higiene sobre alguns setores da sociedade brasileira da época, noção que vai percorrer o ideal de reforma urbana até meados do século XX, aliando o pensar médico e o saber técnico da engenharia. A higiene das cidades tornou-se um tema para a administração pública e os engenheiros sanitaristas se transformaram, então, nos grandes pensadores urbanos do país.

Esse projeto de modernidade urbana expressou-se na exclusão política, econômica e na segregação espacial das camadas mais pobres que habitavam a cidade. Essas camadas sociais, ao serem expulsas dos seus ambientes habitacionais pelo processo de demolições, viam-se obrigadas a reconstruir, em locais mais afastados dos centros das cidades, as suas habitações. As intervenções do poder público sobre o espaço, resultado de uma ação conjunta aliando modernização/saneamento, nas primeiras décadas do século XX, estendeu-se às cidades brasileiras num plano centrado em três pontos: o controle sanitário, o urbanístico e o de circulação.

As obras de saneamento e embelezamento das cidades eliminaram as condições de habitações populares insalubres que existiam nos centros antigos com perfil colonial, das capitais brasileiras, abrindo novos espaços

para o comércio, habitação, lazer e mobilização coletiva, expulsando grande contingente de moradores. As classes populares se dispersaram pelos subúrbios no entorno das cidades, sem a mínima infra-estrutura de saneamento, higiene e condições habitacionais, criando novos espaços precários e ou alargando alguns já existentes. São esses os espaços que vão caracterizar as favelas, inicialmente estabelecidas em morros e baixadas, próximas à área central das cidades estendendo-se até o final da primeira metade do século XX, num processo rápido e contínuo para as áreas mais distantes dos centros, marcando as periferias das cidades brasileiras como lugar da pobreza urbana, num contraponto à modernização (VAZ,1993).

A expansão da periferia nas grandes cidades foi a expressão da consolidação de um projeto modernizador que ativou e fortificou o processo de desigualdade social. Trata-se aqui de um aspecto de uma transformação maior em curso:

[...] “a divisão/especialização dos espaços que ocorre em paralelo à divisão/especialização do trabalho. [...] a separação moradia/trabalho e ricos e pobres se intensificou e se acelerou com a formação modernizada da zona central das cidades e com o surgimento dos bairros residenciais diferenciados e segregados” (VAZ, 1993, p. 587).

As cidades praticamente cresciam à revelia de um planejamento estatal urbano mais amplo, que pudesse promover a maior integração de uma ampla e ativa parcela da população ao processo de desenvolvimento sóciourbano, que se alargava de forma acelerada nas cidades, principalmente nos centros onde se intensificava o processo de industrialização. Os equipamentos de infra-estrutura, moradia e transporte não atendiam às demandas sociais, ou seja, não se estabelecia uma articulação mais concreta e mais acessível entre o centro e as periferias.

O cenário da modernidade se construía, alinhado ao pensamento progressista, pautado numa noção de que reordenar a cidade passava também por uma política de estetização do espaço, apoiada por uma legislação segregativa de outros. No pensamento da elite tradicional e das classes sociais emergentes, a reforma urbana deveria criar áreas diferenciadas, priorizando o cotidiano e o convívio das mesmas na cidade.

Nesse contexto, as periferias urbanas passaram a ser identificadas como espaços da ausência, da carência, da desordem e da ilegalidade. Os

territórios populares que passaram a abrigar a maior parte da população brasileira ficaram sujeitos a uma condição diferenciada nas cidades, algo que não apenas retroalimentavam as condições de vida, como realçavam uma idéia de que seus moradores são cidadãos de segunda categoria, desclassificados no universo urbano.

Em 1940, no Brasil, apenas 25,3 % da população era urbana, e as cidades pareciam ser a promessa da superação do Brasil arcaico rumo à modernização e à emancipação política e econômica, mas o desenrolar do processo de desenvolvimento desigual se encarregou de contradizer a utopia da emancipação e da modernização para todos (MARICATO, 2001).

Os encaminhamentos do processo de modernização econômica e do desenvolvimento industrial a partir de 1940 vão promover alterações no processo da urbanização brasileira, quando tem início uma mudança em relação à hierarquia urbana tradicional e à formulação de modelos mais adequados ao novo quadro social e econômico do país. Em geral, os planos vão preservar as características de melhoramento, embelezamento e remodelação predominante até 1930 e continuaram sendo razoavelmente executados até a década de 1940 e de 1950. Entretanto, o crescimento populacional das cidades a partir dos anos 40 passa a exigir maiores investimentos em infra-estrutura nos centros urbanos e a ampliação dos serviços públicos oferecidos à população (REIS FILHO, 2000).

Os debates políticos e teóricos em relação aos planos urbanos passaram a seguir uma tendência, na qual a modernização estética, visando a um cenário de modernidade e a uma ordem técnica da engenharia moderna, expressas na abertura de vias públicas de maiores dimensões e na verticalização, buscava maior adequação do país às características de uma sociedade industrial. A amplitude dos projetos urbanísticos no contexto das mudanças sócioeconômicas que se estabeleciam permite-nos compreender melhor a rápida modernização ocorrida nos centros urbanos do Brasil, na égide da produção capitalista da cidade. A cultura urbana nacional vai se fortalecer na lógica do processo de produção da cidade industrial e dos conflitos entre a reprodução do capital e do trabalho, aprofundando as desigualdades sociais já existentes.

Até o final da década de 1950, já se estabelece uma defasagem entre a modernização aparente e a realidade nacional, que não correspondiam às possibilidades reais da lógica da modernização, ou seja, a sociedade não se desenvolvia num sentido mais abrangente à totalidade da população, e sim segmentava-se, num processo de ampliação das desigualdades sociais e

espaciais, sendo esse descompasso um elemento característico da sociedade brasileira. Nessa época o Brasil já se encontrava bastante mudado. Caminhava rápido para o fim do domínio do mundo rural, pois a urbanização crescia de modo acelerado. Ainda que a ocupação dos espaços urbanos ocorresse de modo desordenado, o Brasil passava por um amplo processo de modernização nos planos político e econômico.

Considerações finais

Com este artigo procuramos contribuir para uma maior compreensão sobre o processo de urbanização x desigualdades sociais na lógica da modernidade brasileira. Nesse contexto, traçamos uma abordagem demonstrando que o processo de modernização urbana acentuou as desigualdades sociais, colocando o Brasil na contra-mão daquele ideário traçado pela teoria da modernização.

O processo de urbanização brasileiro deu-se no século XX, mais precisamente a partir de 1930, quando a urbanização/industrialização consolida-se e se aprofunda, e os interesses urbanos industriais conquistam a hegemonia na orientação política econômica nacional, sendo, portanto, um processo histórico muito recente, ocorrendo concomitantemente com a industrialização e não como consequência desta, como no caso da grande maioria dos países tradicionalmente mais desenvolvidos.

A modernização urbana no Brasil, desde o início do período republicano se deu aliada a um processo de fortalecimento nas relações de desigualdade social e da segregação espacial que vai refletir sobre o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, em especial sobre a marca do moderno e do atraso. O ideário higienista orientou o processo de remodelamento urbano numa prática excludente, não caracterizando uma prática inclusiva, congregando dimensões fundamentais da modernidade ao nível da sociedade e ao nível do indivíduo. As cidades se modernizaram, aliando desenvolvimento urbano e econômico, enquanto referência maior do processo de modernização, apoiado num elevado grau de concentração de riqueza e poder, sem, aliar e, ou estabelecer [...] “um conjunto de atitudes, valores e modos de sentir e agir, presumivelmente do tipo gerado por ou requerido para uma efetiva participação numa sociedade moderna” (SMITH E INKELES apud: OLIVEN, 1994, p. 31).

A assimilação da consciência moderna ocorre, nesse contexto, de forma seletiva, incompleta e desigual, reforçando o processo de exclusão, já antigo no Brasil. Desde os tempos coloniais, ao Brasil do Império e agravado na República, processos sociais desiguais e excludentes sempre estiveram presentes na história da sociedade brasileira.

Referências

- ABREU, Mauricio de Almeida (2002). Pensando a cidade no Brasil do passado. In: Castro, Iná Elias et.all.(coords.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira (1991). Fé cega/faca amolada: modernização e conflito no Brasil contemporâneo. In: Piquet, Rosália e Torres, Ana Clara (orgs.). *Brasil, território das desigualdades: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BERMAN, Mashal (1999). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo.
- CARVALHO, José Murilo de (2007). *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1998). *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras.
- COHN, Amélia (2000). A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: Mota, Carlos Eduardo (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transição*. São Paulo: SENAC São Paulo.
- COSTA, Emilia Viotti da (2007). *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 8º.ed. São Paulo: UNESP.
- FREIRE, Gilberto (1990). *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record.
- GIDDENS, Anthony (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- LAHUERTA, Milton (1997). Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: Lorenzo Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Pereira (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP.
- MARICATO, Ermínia (2001). *Brasil cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes.
- OLIVEN, Ruben George (2001). *Cultura e modernidade no Brasil*. São Paulo: São Paulo Perspectiva, v.15. n°. 2, abr/jun.
- _____ (1994). *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- ORTIZ, Renato José P.(1991). *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. 3ª. ed. São Paulo; Brasiliense.

- PALACIOS, Wanessa Doellinger Costa (2007). *A expansão dos espaços periféricos em Vitória durante o processo de urbanização na Primeira República (1889-1930)* (Dissertação de Mestrado). Vitória: UFES,
- REIS FILHO, Nestor Goulart (2000). Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). In: Mota, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC São Paulo.
- SCHWARCZ, Lília Moritz (1998). *As barbas do imperador: D. Pedro II um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras.
- SIMÕES J. José Geraldo (2007). *Cenários de modernidade: os projetos urbanos das capitais brasileiras no início da República*. III Fórum de Pesquisa FAU. Mackenzie. São Paulo. <http://www.mackenzie.com.br>. (consultado na internet em 23 de agosto de 2008).
- SOUZA, J. (2000). *Modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB.
- SOUSA SANTOS, Boaventura (1996). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- THERBORN, Goran (1995). *A formação ideológica dos sujeitos humanos*. São Paulo: Cortez.
- VAZ, Lillian Fessler (1993). Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. In: Teixeira, Manuel (coord.) *Habitação na cidade industrial: 1870-1950*. Análise Social. Revista do Instituto de Ciências de Lisboa. Vol. XXIX, N.º. 127, Lisboa: ICSUL.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 24 de setembro de 2010 e aprovado para publicação em 20 de outubro de 2010.

¹ “Ilustração” ou “Iluminismo”, movimento intelectual e cultural do século XVIII, que exerceu profunda influência no pensamento e nas ações da humanidade, em dimensões filosóficas, políticas, sociais, econômicas e culturais. Ver: Marques, Francisco Calazans. (1999). *Iluminismo*. São Paulo: Ática. Rouanet, Sergio Paulo. (1999). *O mal-estar da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras. Rouanet, Sergio Paulo. (1987). *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras.

² Para Sousa Santos o projeto sócio-cultural da modernidade se solidificou ao logo dos séculos XVI e XVIII, sustentado em dois pilares: o “Pilar da Regulação” e o “Pilar da Emancipação”. Ver: Sousa Santos, Boaventura. (1996). *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

³ Sobre essa a questão veja: Freire, G. (1990). *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record. Freire, G. (1990). *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Record. (o autor analisa a modernização da sociedade brasileira, e a formação de uma civilização singular, a europeização/reuropeização, identificando as especificidades da institucionalização de valores modernos no Brasil).

⁴ O Rio de Janeiro tornou-se capital do Brasil colonial em 1763, passou a ter a função de capital do reino português em 1808 e após a Independência do Brasil em 1822, continuou como capital da monarquia brasileira e, a partir de 1889, capital da república brasileira. Com a inauguração de Brasília em 1960, a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser capital federal.

⁵ Essas transformações foram; a criação de uma indústria de substituição de bens não duráveis, o crescimento das cidades, a crise do café, a crise do sistema baseado em combinações políticas entre as oligarquias agrárias e o surgimento de revoltas sociais e militares que começam da década de 20 e culminam com a revolução de 1930 (ver Oliven, Ruben George. *Cultura e modernização no Brasil* (2001). v.15. n°. 2, São Paulo: Perspectiva.